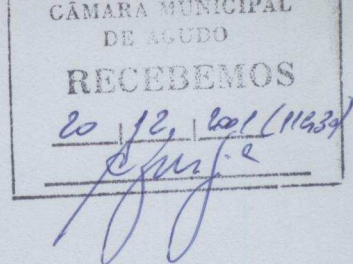




ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDO



PROJETO DE LEI

P.L. 64/2001-E
Recebido em 20/DEZ2001
Câmara Municipal de Agudo

**ESTIMA A RECEITA E FIXA A
DESPESA DO MUNICÍPIO DE AGUDO
PARA O EXERCÍCIO DE 2002.**

LAURO REINOLDO REETZ, PREFEITO MUNICIPAL DE AGUDO, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no Artigo 76, Inciso X, da Lei Orgânica Municipal,

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - O Orçamento Fiscal do Município de Agudo para o exercício de 2002 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 10.500.000,00 (dez milhões e quinhentos mil reais) para a Administração Direta, discriminados pelos anexos integrantes da Lei.

Art.2º- A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e de receitas correntes e de capital, na forma da Legislação em vigor e das especificações constantes dos anexos integrantes da Lei, com desdobramento:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

<u>Receitas Correntes</u>	R\$ 9.544.000,00
Receita Tributária	R\$ 655.000,00
Receita de Contribuições	R\$ 1.069.000,00
Receita Patrimonial	R\$ 41.000,00
Receita Agropecuária	R\$ 31.000,00
Receita de Serviços	R\$ 3.000,00
Transferências Correntes	R\$ 7.644.000,00
Outras Receitas Correntes	R\$ 101.000,00
<u>Receitas de Capital</u>	R\$ 956.000,00
Operações de Crédito	R\$ 600.000,00
Alienação de Bens	R\$ 11.000,00
Amortização de Empréstimos	R\$ 20.000,00
Transferências de Capital	R\$ 325.000,00
TOTAL	R\$ 10.500.000,00

B.R.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDO

Projeto de Lei

2

Art.3º- A Despesa da Administração Direta será realizada segundo a discriminação dos quadros “Programas de Trabalho” e “Natureza da Despesa”, integrantes desta Lei e em seus orçamentos aprovados pelo Executivo.

1- POR FUNÇÕES DE GOVERNO

Administração Direta

01 - Legislativa	R\$	329.820,00
03 - Administração	R\$	1.268.580,00
06 - Segurança Pública	R\$	13.000,00
08 - Assistência Social	R\$	151.200,00
09 - Previdência Social	R\$	753.000,00
10 - Saúde	R\$	1.573.480,00
12 - Educação	R\$	2.966.700,00
13 - Cultura	R\$	104.000,00
15 - Urbanismo	R\$	243.600,00
16 - Habitação	R\$	100.000,00
17 - Saneamento	R\$	1.000,00
18 - Gestão Ambiental	R\$	22.500,00
20 - Agricultura	R\$	779.890,00
22 - Indústria	R\$	79.920,00
23 - Comércio e Serviços	R\$	15.000,00
24 - Comunicações	R\$	49.500,00
25 - Energia	R\$	233.000,00
26 - Transporte	R\$	1.263.710,00
27 - Desporto e Lazer	R\$	52.100,00
99 - Reserva de Contingência	R\$	500.000,00
Total	R\$	10.500.000,00

2- POR ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Poder Legislativo

01 - Câmara Municipal de Vereadores	R\$	329.820,00
-------------------------------------	-----	------------

Poder Executivo

02 - Gabinete do Prefeito	R\$	451.440,00
03 - Secretaria de Administração	R\$	316.390,00
04 - Secretaria de Fazenda	R\$	480.750,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDO

Projeto de Lei

3

05 – Secretaria de Obras e Saneamento	R\$ 1.642.310,00
06 – Secretaria de Educação e Cultura	R\$ 3.070.700,00
07 – Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente	R\$ 1.035.390,00
08 – Secretaria da Saúde e Bem Estar Social	R\$ 1.723.680,00
09 – Secretaria de Ind. Com. e Turismo	R\$ 196.520,00
10 – Fundo de Previdência do Servidor	R\$ 753.000,00
99 – Reserva de Contingência	R\$ 500.000,00
Total	R\$ 10.500.000,00

Art.4º- O Poder Executivo fica autorizado a:

I – Abrir crédito Suplementar para atender despesas relativas a aplicação ou transferência de receitas vinculadas que excedam a previsão orçamentária correspondente até o limite recebido;

II – Abrir crédito suplementar para remanejar dotações orçamentárias do mesmo projeto ou atividade, existindo os elementos de despesa nas respectivas atividades ou projetos, até o limite da dotação;

III – Abrir crédito suplementar com saldos de recursos vinculados não utilizados no exercício passado, até o limite do saldo bancário livre;

IV – Abrir, durante o exercício, créditos suplementares até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da despesa total autorizada;

V – realizar em qualquer mês do exercício, operações de crédito por antecipação de receita e oferecer garantias usuais necessárias, até o limite fixado pela Constituição Federal.

Art.5º- O Poder Executivo repassará, em parcelas mensais, valor equivalente a 5,5% (cinco inteiros e cinco centésimos de por cento) da receita do Município, em conformidade com o disposto no Art. 29-A, da Constituição Federal.

Handwritten signature



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDO

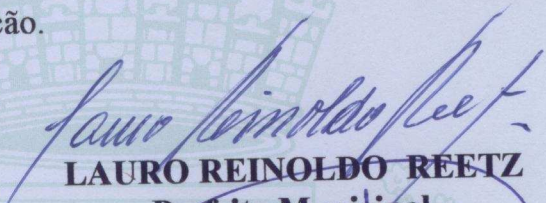
4


Projeto de Lei

Art.6º- Esta Lei entra em vigor em 01 de janeiro de 2002.

Art.7º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, aos 18 de dezembro de 2001; 144º da Colonização e 42º da Emancipação.


LAURO REINOLDO REETZ
Prefeito Municipal


ERVEDO ROOS
Secretário de Fazenda


ARNILDO ARCI KEGLER
Secretário de Ind. Com e Turismo

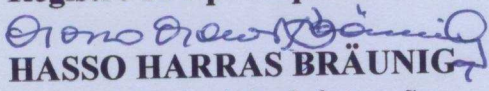

DELIO ARTUR KEGLER
Secretário de Obras e Saneamento


ZENI T. DE MENEZES UNFER
Secretária de Educação e Cultura

LAURO LUIZ FRIEDRICH
Sec. da Agricultura e Meio Ambiente


VALMI DULCE RADDATZ
Sec. da Saúde e Bem Estar Social

Registre-se e publique-se.


HASSO HARRAS BRÄUNIG
Secretário de Administração



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDO

MENSAGEM

Senhor Presidente e Senhores Vereadores:

Apresentamos para tramitação o Projeto de Lei que **ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICIPIO DE AGUDO PARA O EXERCÍCIO DE 2002.**

Em consonância com as demais Leis que integram o Sistema Orçamentário, Lei n.º 1.370/2001 - Plano Plurianual e Lei. n.º 1.392/2001 - Lei que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias LDO, o presente Projeto de Lei estabelece a quantificação do valor locado a cada rubrica, partilhando o total de valores com que o Poder Público Municipal poderá contar no exercício de 2002, em parcelas, de modo a que cada Setor da Administração Municipal possa absorver as despesas necessárias à consecução dos serviços prestados à comunidade.

O valor de R\$ 10.500.000,00 (dez milhões e quinhentos mil reais), foi obtido do cruzamento de informações e dados fornecidos pelo Ministério da Fazenda, Secretaria de Estado da Fazenda e Secretaria Municipal de Fazenda.

Apresentamos as considerações teóricas necessárias à boa apreciação da matéria, assim sendo, passamos às quantificações.

Iniciamos pela Despesa, resumindo alguns valores e percentuais que elucidarão melhor o emaranhado de rubricas que compõem o Orçamento em si.

Na listagem do orçamento, Vossas Excelências encontrarão a tabela "Demonstrativo da Despesa por Órgão e Unidade Responsável".

Destacam-se as dotações das seguintes Secretarias:

Secretaria de Educação e Cultura	29,24%
Secretaria de Obras e Saneamento	15,64%
Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente	9,86%
Secretaria da Saúde e Bem Estar Social	16,42%
Gabinete do Prefeito	4,30%
Fundo de Previdência do Servidor	7,17%



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDO

O Orçamento de 2002 tem algumas inovações como por exemplo: a redução da Receita do valor da participação do Município no FUNDEF, no valor de R\$ 840.000,00 (oitocentos e quarenta mil reais), que nos Exercícios anteriores aparecia como Despesa e a inclusão da Reserva de Contingência.

A Câmara Municipal, considerando sua instalação no Centro Administrativo Municipal e os valores que, ao longo do tempo, vem sendo necessários à sua manutenção, foram destinados 3,14% (três vírgula quatorze por cento).

Aspecto de grande valia a observar são os gastos dispendidos para a manutenção dos custos com Pessoal. Neste tocante o município de Agudo deverá limitar em 54% da Receita Corrente Líquida.

As Despesas de Capital, valores que o Município aplica para o aumento das obras ou serviços que melhorarão a infra-estrutura e o bem-estar da Comunidade, serão da ordem de 18,74% (dezoito vírgula setenta e quatro por cento) do total orçado ou seja, R\$ 1.967.650,00. É bastante considerável este patamar, se comparado a centenas de Municípios onde tais previsões praticamente inexistem.


As Despesas Correntes no valor de R\$ 8.032.350,00 são gastas, em sua maioria, em Despesas de Custeio, conforme anexos do presente Projeto de Lei.

Se enquadrada nas duas classificações básicas, a receita orçada para o exercício vindouro assim se apresenta:

- Receitas Correntes	R\$	9.544.000,00	90,90%
- Receita de Capital	R\$	956.000,00	9,10%

No exercício de sua competência, tem o Poder Legislativo plenos poderes para apreciar a matéria, dentro dos princípios que a norteiam.

Colocamos a disposição a equipe de técnicos que atuaram na elaboração deste Orçamento, para dirimir esclarecimentos que forem julgados necessários ao bom entendimento da matéria.


LAURO REINOLDO REETZ
Prefeito Municipal